

Perspectivas da investigação

26 de maio de 2020.

Mineração e água: As preocupações operacionais estão a sobrepor-se ao interesse público?

As empresas mineiras são muito menos propensas a acompanhar e relatar a sua gestão da qualidade da água do que a respetiva quantidade. Outras partes interessadas que partilham os mesmos recursos hídricos com as explorações mineiras dependem profundamente da qualidade, bem como da quantidade, desses recursos e necessitam de informação útil sobre os níveis de poluição da água. E os investidores, financiadores e clientes da atividade mineira querem saber em que medida as empresas estão a prevenir a poluição da água e a gerir os riscos relacionados com a qualidade da água ao nível dos ativos. Todavia, embora as preocupações operacionais das empresas mineiras de grande escala com o abastecimento de água promovam um relato mais regular dos níveis de consumo de água, dir-se-ia que as empresas têm negligenciado em grande medida a divulgação pública de dados localmente relevantes sobre a qualidade da água. Estudos efetuados demonstram que, em geral, as empresas mineiras só divulgam dados de monitorização da qualidade da água quando são obrigadas a fazê-lo pela regulamentação dos países produtores.

Uma questão fundamental de interesse público

As explorações mineiras podem ter impactos graves e duradouros na qualidade da água, e a qualidade dos recursos hídricos locais determina as suas viabilidade e segurança para a agricultura, outras indústrias, as comunidades locais e o ambiente a jusante dos pontos de descarga dos sítios mineiros. Como tal, a qualidade da água é uma questão intergeracional de relevância direta para a saúde socioeconómica e ambiental das zonas mineiras. É evidente que os utilizadores da água necessitam de acesso a dados atempados e localmente relevantes sobre a qualidade dos recursos hídricos a jusante das explorações mineiras.

Falta de atenção à qualidade dos recursos hídricos

A discrepância entre a disponibilidade de dados sobre a qualidade da água e a quantidade de água é bem evidente nos resultados do Relatório [RMI Report 2020](#),¹ que avalia as políticas e práticas de 38 empresas mineiras de grande escala em relação a um vasto leque

de questões económicas, ambientais, sociais e governativas (EASG). As empresas obtêm uma pontuação média de apenas 13% em relação ao acompanhamento e divulgação da qualidade da água a jusante das suas explorações, em comparação com uma pontuação média de 60% quanto ao acompanhamento e divulgação dos seus níveis de consumo de água (ver as Figuras 1 e 2).

Figura 1 QUANTIDADE DE ÁGUA: Acompanhamento em função das metas e divulgação pública de dados
(Resultados do Relatório RMI Report 2020 – F.03.2.a)

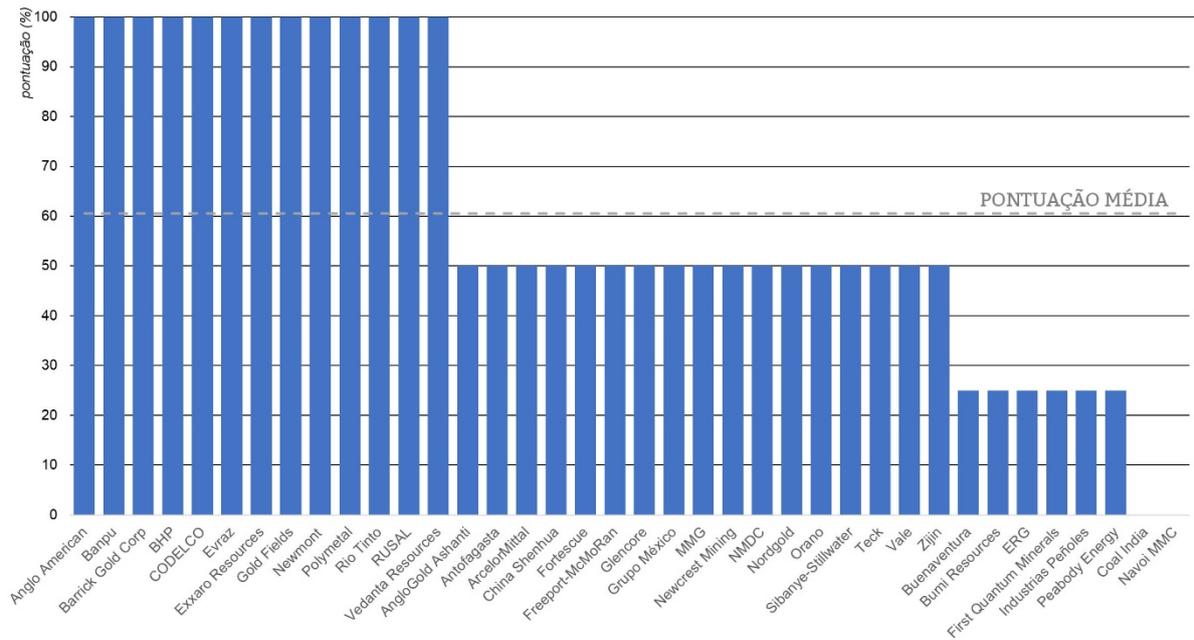
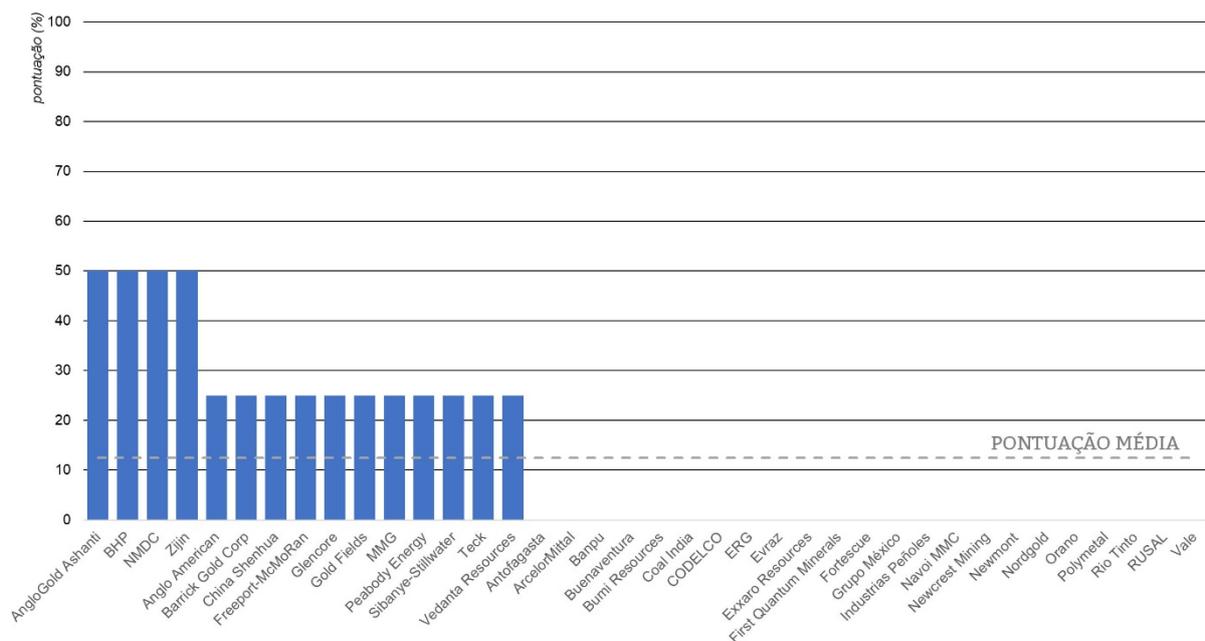


Figura 2 QUALIDADE DA ÁGUA: Acompanhamento em função das metas e divulgação pública de dados
(Resultados do Relatório RMI Report 2020 – F.03.3.a)



Assiste-se ao mesmo padrão ao nível dos sítios mineiros. Os resultados da avaliação de sítios mineiros do Relatório RMI Report 2020 são muito fracos em matéria de monitorização e divulgação quer da qualidade quer da quantidade de água; porém, mais uma vez, as empresas são muito menos propensas a acompanhar e divulgar dados sobre a qualidade da água ao nível dos sítios mineiros (ver as Figuras 3 e 4).

Figura 3 **Dados públicos sobre a QUANTIDADE DE ÁGUA ao nível dos sítios mineiros**
 (Resultados do Relatório RMI Report 2020 – MS.08.a)

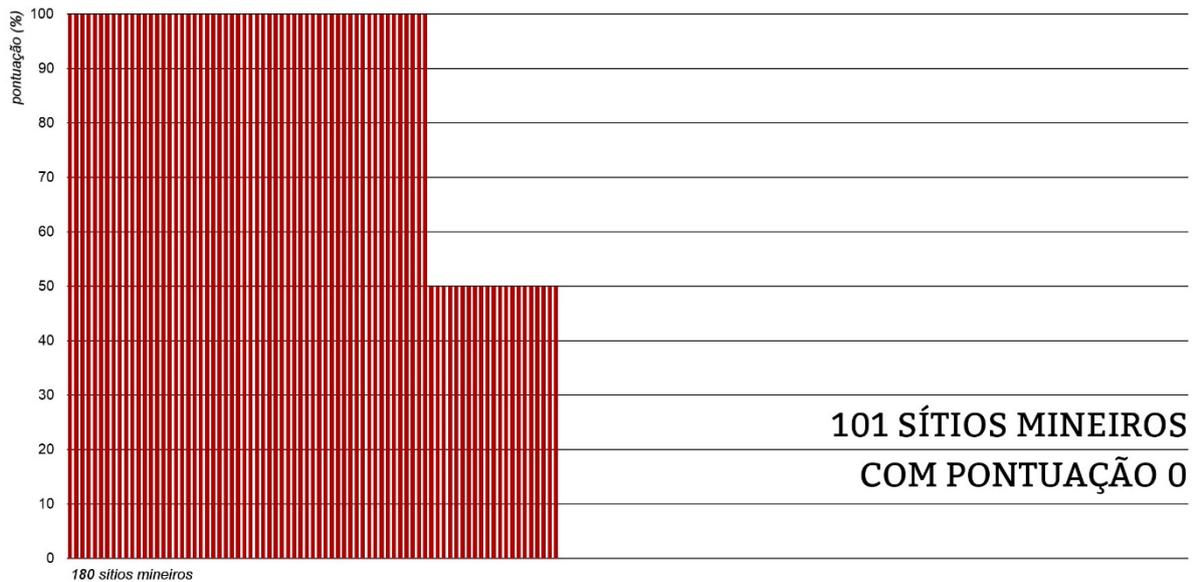
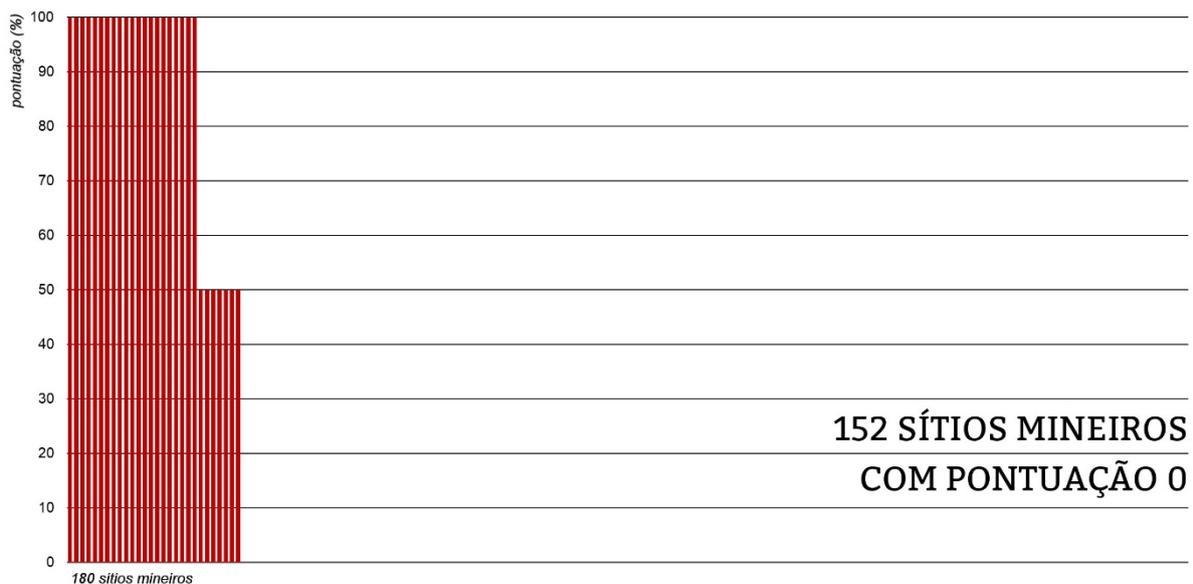


Figura 4 **Dados públicos sobre a QUALIDADE DA ÁGUA ao nível dos sítios mineiros**
 (Resultados do Relatório RMI Report 2020 – MS.07.a)



Nomeadamente, só algumas das empresas avaliadas no Relatório RMI Report 2020 incluem nos seus relatórios de sustentabilidade qualquer indicação dos impactos na qualidade da água (e que se limitam a breves menções sobre os principais incidentes de poluição da água), ao passo que as estatísticas sobre o consumo de água constituem relato de rotina. E os resultados do Relatório RMI Report 2020 confirmam que os quadros normativos têm um forte impacto na propensão das empresas para acompanhar e divulgar dados sobre a qualidade da água. No geral, os sítios mineiros em países como a Índia e a Austrália têm um desempenho melhor nesta matéria, uma vez que são obrigados pelo Estado a relatar publicamente os resultados da monitorização da qualidade da água. É importante sublinhar que tal regulamentação tende a exigir que as empresas relatem a qualidade da água em locais especificados a jusante dos pontos de descarga, em vez de o fazerem simplesmente em relação à água descarregada.

Expetativas limitadas do sector em matéria de relato da qualidade da água

Em certa medida, há falta de “procura interna” de divulgação da qualidade da água, uma vez que as principais normas e diretrizes de relato relacionadas com a água ignoram, em grande parte, a sua qualidade. Por exemplo, embora inclua perguntas pormenorizadas sobre o consumo de água, a GRI não abrange aspetos da qualidade da água para lá da solicitação de uma desagregação básica de dois níveis acerca da qualidade das descargas de efluentes.² Ainda assim, as empresas mineiras que utilizam este quadro raramente facultam alguma indicação sobre a qualidade, relatando apenas a quantidade dos fluxos de descarga.³ Ainda assim, as empresas mineiras que utilizam este quadro raramente facultam alguma indicação sobre a qualidade, relatando apenas a quantidade dos fluxos de descarga,⁴ as diretrizes do sector quanto ao relato sobre água centram-se quase inteiramente nas questões da sua quantidade, mais uma vez especificando apenas uma desagregação de dois níveis sobre a qualidade (alta ou baixa) das descargas para o ambiente.⁵ O que falta neste relato superficial é uma indicação pormenorizada da qualidade da água efetivamente usada pelas partes interessadas situadas a jusante das explorações mineiras, como nos rios e lagos a partir dos quais a água pode ser usada para outros sectores, produção de gado, irrigação de culturas ou consumo doméstico.

Divergência com a materialidade

A carência de acompanhamento e relato sobre a qualidade da água contrasta com o facto de a maior parte das análises de materialidade geradas pelas empresas mineiras identificar a qualidade e a quantidade da água como questões prioritárias. Tal põe em causa o valor dessas análises de materialidade. É correto dizer que as empresas assumem por vezes uma visão limitada do que constitui a “materialidade”, recuando ao original sentido financeiro do conceito; ou seja, à importância de uma questão para as próprias empresas, em vez da sua ampla relevância para outras partes interessadas. Esta tendência é reconhecida, por exemplo, pela Global Reporting Initiative (GRI), que viu a necessidade de esclarecer o significado mais inclusivo da materialidade nos seus mais recentes quadros de

relato.⁶ E há analistas que observaram que as análises de materialidade podem ser tratadas como exercícios de verificação, com os resultados desligados da gestão ASG e das atividades de relato da empresa. A divergência que se observa entre o modo como a qualidade da água é tratada nas análises de materialidade e no relato das empresas.⁷ pode ser um exemplo dessa “dissociação”.

Qualidade da água: o contexto geral

Com as atuais tecnologias de purificação da água, as empresas mineiras podem controlar prontamente a qualidade das suas descargas para os recursos hídricos. E, na maior parte dos casos, já estão a recolher dados de monitorização sobre a qualidade da água ambiental, bem como da descarregada. Agora, é simplesmente uma questão de tornar esta informação disponível e acessível a outras partes interessadas de um modo oportuno e significativo.

É evidente que os impactos dos sítios mineiros na qualidade da água variarão amplamente e que a monitorização da qualidade da água terá de ser adaptada às condições específicas da área e à regulamentação ambiental em vigor. Em quase todos os casos, a qualidade dos recursos hídricos dependerá de mais do que apenas a qualidade das descargas individuais das explorações mineiras. A presença de outras empresas, os centros populacionais e as atividades de subsistência também contribuirão para os impactos na qualidade da água. Tais impactos acumulados tornam ainda mais importante a divulgação regular de dados pormenorizados sobre a qualidade da água ambiental. Um estudo efetuado pelo Columbia Water Center e pelo Columbia Center for Sustainable Investment revela que esses impactos progressivos podem não ser registados, uma vez que muitos operadores mineiros analisam apenas as suas próprias descargas de poluentes para massas de água superficiais e subterrâneas e partem do princípio de que a disponibilidade de água se manterá suficiente para diluir a poluição até ao nível de qualidade exigido.⁸ Conforme os efeitos acumulados da poluição e do esgotamento da água se tornem evidentes, será provável que as explorações mineiras enfrentem uma pressão normativa e social significativa e um risco de perda da licença social para exercer atividade.⁹

Um aspeto da qualidade da água que está a ser cada vez mais tido em conta pelas empresas mineiras é a aplicação da monitorização participativa da qualidade da água em colaboração com representantes das partes interessadas locais. Habitualmente utilizados como ferramenta de envolvimento pelas empresas mineiras, é necessária cautela para que estes processos participativos não sejam uma mera cortina de fumo, mas contribuam para um relato transparente e um diálogo honesto e informado sobre a melhor forma de satisfazer necessidades partilhadas em relação à água.¹⁰

Um aspeto da qualidade da água que está a ser cada vez mais tido em conta pelas empresas mineiras é a aplicação da monitorização participativa da qualidade da água em

colaboração com representantes das partes interessadas locais. Habitualmente utilizados como ferramenta de envolvimento pelas empresas mineiras, é necessária cautela para que estes processos participativos não sejam uma mera cortina de fumo, mas contribuam para um relato transparente e um diálogo honesto e informado sobre a melhor forma de satisfazer necessidades partilhadas em relação à água.¹¹

Para uma partilha aberta dos dados sobre a qualidade da água localmente relevantes

A qualidade da água é de importância primordial para as partes interessadas locais em torno das explorações mineiras, e as empresas podem fazer muito mais para melhor gerir, acompanhar e relatar a qualidade dos recursos hídricos locais. O relato pormenorizado e oportuno acerca dos níveis de qualidade da água deveria ser a norma, não se aplicando apenas quando existe regulamentação. Ao relatar os níveis de qualidade da água a jusante dos seus pontos de descarga, bem como de qualidade da própria descarga, as empresas podem demonstrar responsabilidade pelo seu papel no ecossistema mais geral e pelo seu contributo para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 6 das Nações Unidas sobre Água Limpa e Saneamento e, em especial, para a meta de redução da poluição da água e da propiciação de uma reutilização segura da água..

O Relatório RMI Report 2020 mencionou alguns exemplos de empresas que apresentam práticas proeminentes, fornecendo dados pormenorizados sobre monitorização da qualidade da água proveniente de massas de água a jusante das descargas das suas explorações. Em alguns casos, tais divulgações também revelam quando e onde os níveis de qualidade descenderam abaixo dos limites regulamentares. Este nível de informação, providenciado logo que possível após a recolha dos dados, é essencial para ser útil aos utilizadores locais da água. E, por meio da partilha regular de dados locais sobre a qualidade da água, as empresas podem então envolver-se mais plenamente com as partes interessadas locais sobre a questão.

A indústria mineira tem de fazer mais para incentivar a divulgação exaustiva, significativa e comparável de dados sobre a qualidade da água. Ao disponibilizar pronta e proativamente tais dados, as empresas podem revelar respeito pelos outros utilizadores de água e pelos ecossistemas em que exercem atividade, demonstrar aos investidores a sua gestão dos riscos hídricos e gerar confiança entre todas as partes interessadas.

¹ Ver Relatório RMI Report 2020 <https://2020.responsibleminingindex.org/pt>

² Ver Relatório GRI (2018) GRI 303: Water and Effluents; Mudd, G. (2008) Sustainability Reporting and Water Resources: a Preliminary Assessment of Embodied Water and Sustainable Mining. *Mine Water and the Environment*, Volume 27, April 2008.

³ Ver Relatório Northey, S.A. et al (2019) Sustainable water management and improved corporate reporting in mining. *Water Resources and Industry*, Volume 21, June 2019.

⁴ Ve por exemplo, ICMM (2014). Water Stewardship Framework.

⁵ See ICMM (2017) A Practical Guide to Consistent Water Reporting.

https://www.icmm.com/website/publications/pdfs/water/water-reporting_en.pdf; also, SASB (EM-MM-140a.2.), GRI (303-4), DJSI Metals and Mining (2.3.4, 2.7.2) among others.

⁶ Ver <https://www.globalreporting.org/standards/questions-and-feedback/materiality-and-topic-boundary/>

⁷ Helisek, A. (2019) The Symbiotic Rise of ESG and Materiality. Edelman Insights.

<https://www.edelman.com/insights/symbiotic-rise-esg-and-materiality>

⁸ Columbia Water Center (2017) Mining & Water Risk: Diagnosis, Benchmarking, and Quantitative Analysis of Financial Impacts. Columbia University Columbia Water Center, Earth Institute, Industrial Engineering & Operations Research, Columbia Center for Sustainable Investment.

<http://water.columbia.edu/files/2015/05/NBIM-Synthesis-Chapter-FInal-4.11.18.pdf>

⁹ *Op cit.*

¹⁰ Jiménez, A. et al (2019) The Enabling Environment for Participation in Water and Sanitation: A Conceptual Framework. *Water*, Volume 11, February 2019.

¹¹ Ugya, A.Y. et al (2018). Water Pollution Resulting From Mining Activity: An Overview. Proceedings of the 2018 Annual Conference of the School of Engineering & Engineering Technology, The Federal University of Technology, Akure, Nigeria, Vol (3).

Responsible Mining Foundation

O Relatório é elaborado pela Responsible Mining Foundation (RMF), uma organização de investigação independente que incentiva a melhoria contínua da mineração responsável em todo o sector através do desenvolvimento de ferramentas e estruturas, da partilha de dados de interesse público e da facilitação de um envolvimento informado e construtivo entre empresas mineiras e outras partes interessadas.

Como fundação independente, a RMF não aceita financiamento ou outras contribuições da indústria mineira. www.responsibleminingfoundation.org

Isenção de responsabilidade

As ilações, conclusões e interpretações do artigo Relatório Responsible Mining Index (RMI) Report 2020 não representam necessariamente os pontos de vista dos financiadores, dos administradores e dos trabalhadores da Responsible Mining Foundation (RMF) nem de outros que participaram em consultas e como consultores do relatório.

O artigo relatório tem finalidades meramente informativas e não visa servir de material promocional sob nenhum ponto de vista. O relatório não se destina a facultar recomendações ou conselhos contabilísticos, jurídicos, fiscais ou de investimento, nem pretende constituir uma oferta ou solicitação de compra ou venda de qualquer instrumento financeiro.

Embora tenham sido envidados todos os esforços para verificar a exatidão das traduções, a versão em língua inglesa deve ser tomada como versão definitiva

Aviso sobre direitos autorais

Todos os dados e o conteúdo escrito estão licenciados nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 (CC BY-NC 4.0).



Os utilizadores são livres de partilhar e adaptar o material, mas têm de dar o devido crédito, facultar uma ligação à licença e indicar se foram feitas alterações. O material licenciado não pode ser utilizado para fins comerciais, nem de forma discriminatória, degradante ou deturpada. Quando citado, atribuir a: «Responsible Mining Foundation (RMF), *'Mineração e água: As preocupações operacionais estão a sobrepor-se ao interesse público?'* (2020)». O conteúdo de fotos está excluído desta licença, exceto onde indicado.

www.responsibleminingfoundation.org



Responsible
Mining Foundation